

# PROGRAMA DE GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2019-2022

**MARCIA TIBURI**  
GOVERNADORA  
**LEONARDO GIORDANO** VICE





## **SUMÁRIO**

<b>CARTA ÀS CIDADÃS E AOS CIDADÃOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ...</b>	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CONTEXTO E DESAFIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>8</b>
<b>PORQUE CHEGAMOS A ESSA SITUAÇÃO?.....</b>	<b>8</b>
<b>O QUE FAZER PARA SUPERAR A CRISE NO RIO DE JANEIRO? .....</b>	<b>10</b>
<b>13 COMPROMISSOS PARA GOVERNAR O RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>12</b>

## **CARTA ÀS CIDADÃS E AOS CIDADÃOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Democracia é a participação popular na tomada de decisões e o respeito aos direitos fundamentais de cada pessoa. A democracia é um princípio que permite assegurar vida digna para todos em qualquer sociedade. Ela exige a força do nosso espírito em tempos obscuros como os que vivemos hoje. É em nome dela que se deve governar.

Minha candidatura nasce no momento em que todas e todos devem afirmar o respeito e o cuidado para com o povo e as instituições. Do mesmo modo, é preciso afirmar, diante do autoritarismo que avança contra cada um de nós, o compromisso com a verdade, que é um básico valor democrático a partir do qual alcançamos maturidade política.

Nesse momento vivido pelo país, precisamos desenvolver uma outra relação com a política para preservar a democracia e, assim, os direitos básicos e fundamentais em nossas vidas. Devemos ter para com o universo da política, o mesmo cuidado e atenção que esperamos dela.

Embora muitos questionem a política hoje, ela não é algo que se possa descartar. Se a política não é o que esperamos dela, ela precisa ser reinventada. O dever ético que motiva a minha candidatura é o de nos responsabilizarmos por sua reinvenção.

Precisamos unir esforços e sabedorias e promover um governo que seja nosso, de ampla e radical participação popular. Um Estado de Bem-Estar Social, de respeito ao ambiente, às cidades e territórios, um estado em que a segurança seja um direito para todas as pessoas é o que devemos construir.

Podemos trabalhar por essa construção juntos. Precisamos, então, superar o racismo, o machismo e todas as formas de discriminação que têm feito tanto mal à política ao excluir cidadãs e cidadãos. Não podemos esquecer que política é sempre uma construção coletiva.

Na condição de governadora do Rio de Janeiro, desejo que cada mulher trabalhadora, cada dona de casa, cada mulher jovem, cada mulher negra seja contemplada em um lugar político totalmente outro e que uma virada nos hábitos políticos mude o nosso olhar para uma política feita em conjunto. A redução das desigualdades é condição para o pleno exercício da liberdade de todos, razão pela qual cada homem também está convocado para sentir a alegria política que emana desse projeto de transformação.

Se a política foi transformada em um programa de apropriação da economia, pelos interesses dos poderosos, com seus pacotes de austeridade que escondem a maldade que fazem com o povo aniquilando direitos trabalhistas, destruindo a aposentadoria de tantas pessoas, e se a política perdeu sua importância na vida de tanta gente por lembrar da humilhação que vivemos por parte dos poderosos, me honra saber que conto com a força do partido que tirou milhões da pobreza, que abriu tantas oportunidades para as pessoas por meio de políticas públicas de enfrentamento à fome e à miséria. Contra o descaso e o abandono que chega ao ponto absurdo de deixar que crianças morram de fome e sem escola, que crianças morram no caminho da escola, o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras se torna um espaço de luta e simboliza o desejo de democracia que alguns tentam destruir desde o golpe.

Não há porque desistir da luta pela democracia, dessa luta por uma vida mais justa, se temos todas as condições para seguir superando problemas que nos fazem sofrer. Temos inteligência, sensibilidade e capacidade humanas para reerguer o Rio de Janeiro em um projeto que mude para melhor o lugar em que vivemos.

Precisamos, hoje, entender que o fracasso da política leva junto a sociedade. A aversão

e a negação da política favorecem aqueles mesmos donos do poder que não defendem o povo, que roubam do povo o poder político para seus interesses privados. O abandono da política faz nascer o fascismo, do qual muitos políticos "espertos" vêm se aproveitando numa época em que a alma dos cidadãos é devorada pela maldade dos meios de comunicação que há muito tempo massacram a ética e a política. Eles fazem com que pessoas desacreditem aquilo que poderia justamente mudar suas vidas e o destino da sociedade.

Quem reconhece a importância da política compreende porque Lula, que é a maior liderança do Brasil, está em uma prisão injusta e por que, mesmo em isolamento forçado, a confiança do povo brasileiro só cresce para elegê-lo presidente da República. Aqueles que fabricam a mentira estão cada vez mais desesperados, pois a realidade é forte demais para que possam esconder Lula, e o povo segue cada vez mais atento a ele.

O povo percebe que, desde o golpe instalado em 2016, não se abrem oportunidades para a população mais necessitada, que mais precisa da atuação do Estado. O governo do golpe vem entregando riquezas nacionais, agravando as desigualdades brasileiras, eliminando empregos.

O que vem sendo chamado de crise no estado Rio de Janeiro é o resultado de uma política do descaso que devemos substituir por uma política do respeito, de uma política do egoísmo e da avareza que devemos substituir por uma política da atenção e do cuidado, de uma política do abandono a ser superada por uma política da ética e do conhecimento.

Invisibilização e desvalorização de pessoas e causas sociais, grupos e setores se tornaram norma. A situação atual da economia, do desenvolvimento, da cultura, da educação, da saúde e da segurança, das cidades e territórios, que são a base de qualquer sociedade voltada ao bem-estar de seus sujeitos, é a prova da miséria material em que vivemos.

Os erros de quem governa afetam a todos e o povo sobrevive se sentindo humilhado, assustado e acuado. Como povo, devemos nos unir em nome da transformação do Brasil e do nosso lugar de batalha pela vida que é o Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro merece ser feliz, com um governo democrático, que se abre ao diálogo e à participação para considerar as diferentes necessidades dos habitantes de cada município, de cada território.

Nosso estado tem diversas potencialidades, riqueza de território e uma fantástica força cultural. Temos a maior bacia de petróleo e gás do país e um potencial econômico enorme por desenvolver. Nosso estado é um polo gerador de conhecimento, de ciência e tecnologia que são de todos e todas e devem servir para construir uma perspectiva melhor de futuro. As manifestações culturais e artísticas fazem do Rio uma referência mundial. Em poucos lugares do mundo o povo é tão criativo e diverso.

A travessia que nos propomos a fazer não será fácil. Precisamos uns dos outros, da contribuição de cada um, de cada uma de nós, para construir um futuro digno e feliz. Juntos, podemos olhar para o povo que somos, reconhecer os saberes presentes em nossa sociedade. De forma participativa, devemos desenvolver políticas de atenção para com a população nas áreas da saúde, da educação, da cultura, do desenvolvimento econômico, da segurança, dos transportes que afetam diariamente nosso modo de experimentar o lugar em que vivemos.

Vamos, então, fazer uma gestão que valorize as pessoas e as riquezas locais, respeitando a diversidade em uma perspectiva ecológica, que organize os diversos setores da sociedade na busca por soluções para problemas urgentes, e que pense um projeto para o estado de médio e longo prazos com racionalidade e ousadia, cuidado e atenção, respeito e honestidade.

Vamos construir o governo da superação, transformação e cura das feridas que hoje nos fazem sofrer. O Rio de Janeiro vai renascer melhor, mais forte, mais unido, mais solidário, mais feliz.

Governar deve ser um ato de amor. Sobretudo, para com os mais pobres, os jovens e as crianças, as mulheres e as pessoas marcadas por preconceitos de raça e todos os demais que maculam o nosso modo de existir no mundo.

Sem medo de ser feliz, sem medo de amar uns aos outros e o lugar em que vivemos, precisamos saber que um outro Rio de Janeiro é possível. E que a democracia também é alegria de viver.

Em nome do restabelecimento da democracia no Brasil e no Rio de Janeiro, apresentamos as propostas e compromissos de nosso governo, construído a muitas mãos.

Com a alegria política que nos une, nós trazemos o futuro.

Márcia Tiburi

Candidata a Governadora do Estado do Rio de Janeiro

## INTRODUÇÃO

O Programa de Governo da ....(coligação...) aponta caminhos para o Rio de Janeiro mais feliz, inclusivo, solidário, dinâmico, democrático, desenvolvido em todas as suas regiões e ressalta as amplas capacidades que temos no estado para construí-lo. O Programa está alinhado com as diretrizes do Plano Lula de Governo 2019-2022, para um Brasil feliz de novo.

São 13 dimensões estratégicas, com grande transversalidade, que vão pautar a atuação setorial do governo e promover articulação entre as políticas públicas. Tem como princípios: a defesa da democracia e a promoção da igualdade e dos direitos humanos. O Rio de Janeiro que queremos e vamos construir garante a moradoras e moradores dos grandes centros urbanos, das periferias, das favelas, do campo, dos municípios do litoral e do interior o direito a morar, trabalhar, acessar serviços e se movimentar com liberdade e conforto. Inclui plenamente mulheres, população negra, juventude, pessoas com deficiência, população LGBTI+, crianças, idosos, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas.

São vetores fundamentais nessa construção: a cultura, como direito de cidadania e em todo seu potencial de emprego e renda; a educação inclusiva, democrática e emancipadora, em todos os níveis, etapas e modalidade; a ciência, tecnologia e inovação, articuladas à busca de soluções para os desafios sociais, urbanos, regionais e ambientais; a saúde como um direito humano e social; a assistência social, com apoio a indivíduos, famílias e comunidades vulneráveis, a segurança pública, com respeito ao princípio da legalidade estrita; o esporte, como instrumento de promoção e integração social.

A transição ecológica para um modelo que resulta em qualidade de vida para todos e responsabilidade para com as atuais e futuras gerações aparece como grande desafio e oportunidade para desenvolvimento econômico e inclusão produtiva.

A sustentação e viabilização do projeto se darão a partir de uma gestão participativa e democrática, que valoriza o servidor público. Uma gestão comprometida com a regionalização das políticas, a eficiência nos gastos e investimentos, com o enfrentamento sistêmico às práticas corruptivas, com inteligência na tributação e participação ativa em uma nova pactuação federativa para um sistema tributário justo.

Com foco nesse futuro, o Programa de Governo apresenta propostas imediatas, reconhecendo o momento marcado por crises sobrepostas. O diagnóstico mostra que é necessário e possível inverter o fluxo perverso de impasse fiscal, com cortes que ameaçam a ação de governo, provocam retração de investimentos e produção, com conseqüente desemprego e queda na arrecadação, que, finalmente, piora a situação fiscal.

O governo vai cumprir seu papel, mobilizando as vastas potencialidades produtivas do estado, a riqueza do seu território, a criatividade e a capacidade de trabalho e força de luta do seu povo. Promoveremos um círculo virtuoso de emprego e renda, dinamizando serviços, turismo, indústria, agricultura, e gerando novos empregos. A dinâmica econômica permitirá, mediante aplicação adequada de tributos, a capacidade do governo de prestar serviços e implementar políticas.

Aqui estão os princípios e propostas que vão fundamentar o voto das eleitoras e eleitores do Rio de Janeiro em Márcia Tiburi para governadora, tendo Leonardo Giordano como vice. É imprescindível atenção especial também para a eleição de candidatas e candidatos a deputada e deputado estadual e federal da coligação, além dos candidatos ao Senado, garantindo viabilidade ao Plano de Governo e contribuindo no esforço nacional de recuperação do Brasil. O Estado do Rio de Janeiro merece uma Assembleia Legislativa renovada pelas forças progressistas, que respeitam a política e vão trabalhar com foco no bem-estar da população fluminense. O Brasil precisa, mais do que nunca, de parlamentares comprometidos com a democracia, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

O Programa de Governo é compromisso de ação e é também um convite à reflexão e à construção coletiva. Ele será aprofundado, enriquecido e implementado ao longo de um governo que vai fortalecer a capacidade do estado de planejar e executar políticas e vai estar sempre aberto para a participação e o diálogo com a população.

## CONTEXTO E DESAFIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO PRÓXIMO PERÍODO

“Então, é preciso encorajar os empresários a continuarem produzindo, os trabalhadores a continuarem consumindo, o comércio a continuar fazendo cada vez mais vendas a juros mais baratos, que o sistema financeiro reduza o preço dos juros. Também não é justo, com uma crise, aumentar juros, aumentar prestações, ou seja, nós vamos dificultar as pessoas a terem acesso aos bens materiais.

Não adianta alguém dizer que o governo tem que cortar as suas despesas. Nós vamos cuidar para que o governo não gaste mais do que tem que gastar. Mas, em se tratando de política social, eu tenho consciência de que cada real que a gente transfere e que leva um benefício ao pobre, nós estamos fazendo um grande investimento neste país, que vai permitir a essas pessoas, cada vez mais, se transformarem em cidadãos.”

Luiz Inácio Lula da Silva, 25/11/2008

O Brasil experimentou, com os governos do PT, um modelo de desenvolvimento que distribuiu renda, valoriza o trabalho, busca ampliação da oferta pública de serviços e o fortalecimento da infraestrutura social e econômica. Este modelo estimulou o comércio, a indústria e a produção agrícola em todo território nacional. A economia dinamizada reverteu-se em arrecadação do Estado, que permitiu investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação (CT&I), cultura, saúde, habitação, mobilidade, segurança. A arrecadação permitiu ampliar benefícios, aposentadorias e garantir renda mínima a famílias de alta vulnerabilidade social. Tais investimentos e o aumento da renda, por sua vez, retornaram para a economia como consumo, capacidade produtiva, competitividade.

O Governo Federal cumpriu, nesse período, seu papel fundamental de dialogar, planejar, coordenar decisões e ações públicas e privadas, induzir investimentos, melhorar o ambiente de negócios, diminuir as desigualdades sociais e regionais. Mesmo em um momento de crise econômica internacional, como ocorreu em 2008, o Governo Lula foi capaz de decidir pela proteção das políticas públicas, do crédito e dos investimentos, aquecendo o mercado interno e, assim, mantendo empregos.

Cada cidadão, cada cidadã é capaz de descrever as melhorias que teve, na sua vida, nesse período. Pesquisas e indicadores demonstram o ganho sistêmico e continuado do modelo, enquanto esteve em curso, nos diferentes aspectos do país.

Hoje, o Brasil vive a lógica inversa de cortes em programas e investimentos, que reduz a renda e o emprego, deprime consumo, freia produção, com consequente perda de arrecadação da União, dos estados e municípios.

O Estado do Rio de Janeiro sofre com uma crise estrutural, fruto de governos estaduais que desprezaram o planejamento e esterilizaram fatores portadores de futuro, agravada pelo desgoverno do golpe. No 1º trimestre de 2018, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNADC-IBGE), o Estado do Rio de Janeiro apresentou uma taxa de desocupação de 15% da sua força de trabalho. Essa taxa, além de maior do que a média brasileira (13,1%), foi também a sétima maior taxa de desocupação dentre todos os estados da federação. A pobreza, que havia caído de 9,8% da população do estado, em 1995, e para 3,0% em 2014 já recrudescera para 6,0% em 2017.

### PORQUE CHEGAMOS A ESSA SITUAÇÃO?

A forma como foi se organizando historicamente a matriz econômica fluminense - com pouca diversificação, baixa agregação de valor pela tecnologia, baixa densidade e vazios regionais - é um dos aspectos estruturais da crise do Rio de Janeiro. Além disso, pesam distorções sociais e federativas do sistema tributário nacional e governos estaduais que não foram capazes de construir uma visão de futuro e de colocar a máquina pública a serviço da população.

O golpe e suas políticas regressivas, de supressão de direitos e perda da soberania, agudizou



os problemas e estreitou as possibilidades de encontrar saídas.

O Estado do Rio de Janeiro viveu a influência, a partir de 2003, do modelo de desenvolvimento com inclusão social, conduzido pelo Governo Federal sob comando do PT, cujos motores são o fortalecimento do mercado interno, por meio de políticas sociais.

De dezembro de 2002 a dezembro de 2014, a taxa de desemprego na Região Metropolitana do Rio de Janeiro regrediu de 8,9% para 3,5%. No Brasil, a queda no desemprego no mesmo período foi de 10,5% para 4,3%.

Desde 2007, com início do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e com as descobertas do Pré-Sal, os investimentos públicos tornaram-se outro importante vetor de crescimento. Também foram grandes os investimentos na Capital por conta da realização dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo.

Passados os megaeventos e concluídas ou paralisadas as grandes obras de infraestrutura, fica claro que os investimentos não levaram a economia fluminense ao novo patamar sustentado, e as escolhas de localização dos equipamentos aprofundaram as desigualdades socioespaciais no município do Rio de Janeiro.

Apesar da importância do ciclo de investimentos, não houve transformação estrutural, pois não foram acompanhadas de planejamento e políticas adequadas para promover adensamento produtivo e desenvolvimento regional. Observou-se mais especialização regressiva da economia estadual e baixo impacto na produtividade sistêmica. A indústria de transformação fluminense deixou de ser a segunda para se tornar a sexta maior empregadora do país, com retração real do nível de emprego.

Também o setor de serviços, incluídos os transportes, que responde por 55% do PIB do Estado do Rio de Janeiro, vem consistentemente encolhendo desde 2015 devido ao crescimento do desemprego, gerando queda do poder de compra das famílias, e aos desajustes no pagamento dos servidores, reforçando o círculo vicioso percebido no setor industrial.

## **O Governo Cabral/Pezão acentuou o desequilíbrio fiscal e produziu uma situação insustentável**

Além de não aproveitar o ciclo virtuoso de investimentos do Governo Federal, até 2015 o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por ineficiência, tomou uma série de medidas pontuais para reequilíbrio fiscal, considerando que os problemas financeiros, estruturais e crescentes, fossem eventuais. A situação piorou. A busca de receitas extraordinárias com antecipações a partir de securitização de royalties do petróleo no mercado financeiro internacional – iniciada já no ano anterior, 2014 –, bem como, transferência de parte do fundo de depósito judicial não foram suficientes. Foram antecipados cerca de R\$ 9,3 bilhões de receitas dos royalties do petróleo, que deveriam entrar nos cofres públicos entre 2015 e 2019.

As duras medidas de austeridade que se seguiram, através do Regime de Recuperação Fiscal, tornaram o estado mais vulnerável, ao invés de ajudá-lo a se reerguer. O governo Pezão concordou, de forma subserviente, com o ajuste fiscal imposto pelo governo Temer e abriu mão de reorganizar a estrutura econômica do estado não utilizando os instrumentos de planejamento e gestão que dispunha.

## **O acordo para equilíbrio das contas públicas do estado agrava a crise fiscal**

A renegociação da dívida aprovada no governo Temer não resolveu o problema do Estado do Rio de Janeiro. Ao contrário, essa renegociação é uma bomba-relógio, prestes a estourar. A renegociação impôs regras que tendem a piorar a capacidade futura de geração de receitas, anula o poder de barganha e contestação do estado frente à União e retira autonomia de um governo estadual eleito. Governos petistas em outros estados enfrentaram suas crises optando por políticas não recessivas, buscando preservar os direitos dos trabalhadores e manter as políticas sociais, apesar dos sucessivos boicotes do governo federal.

## O QUE FAZER PARA SUPERAR A CRISE NO RIO DE JANEIRO?

Vamos recuperar a capacidade de planejamento do estado do Rio de Janeiro e de promover ações coordenadas, com uma visão sistêmica e regional. Recuperar a autonomia de gestão fiscal do estado; equacionar a dívida e recuperar as contas públicas, com aperfeiçoamento de gastos e eficiência arrecadatária.

Para isso será necessária a reformulação da política fiscal estadual. O Rio de Janeiro apresenta o segundo maior PIB entre os estados brasileiros. Entretanto, a fraca capacidade de arrecadação coloca o Estado do Rio de Janeiro no 17º lugar em termos de receita pública estadual per capita.

Esse processo tem relação com uma série de injustiças federativas e suscita questionamentos sobre Lei Kandir, a forma de arrecadação do ICMS, a desatualização da regra de cálculo de royalties e participações especiais, partilha de Fundo de Participação Estadual entre outras.

A agenda de recuperação da capacidade de atuação fiscal deve passar por um novo acordo sobre a dívida, a recomposição da arrecadação estadual e a reestruturação das contas públicas do estado.

É necessário reexaminar o conjunto dos gastos públicos, notadamente os financeiros e a política de incentivos fiscais, bem como aumentar as receitas públicas, buscando estabelecer uma política tributária de corte progressivo mais justa e distributiva.

É hora de reduzir a carga tributária sobre os bens e serviços que recaem sobre a classe média e a população de baixa renda. Vamos avançar na tributação progressiva sobre a riqueza, as grandes propriedades e sobre heranças, que é de competência estadual.

Recompor a administração pública também é parte da solução. Contribui para a eficiência e eficácia do governo, do planejamento e execução dos gastos e para a qualidade do serviço público. Por outro lado, o fluxo adequado de concursos favorece a manutenção da base de financiamento e o equilíbrio previdenciário do estado.

O governo do Rio de Janeiro vai articular e participar da construção de uma nova pactuação federativa, que equacione questões fundamentais para a gestão da União, estados e municípios. Entre elas, o aperfeiçoamento da Lei de Responsabilidade Fiscal e a construção de um sistema tributário regionalmente equitativo, socialmente justo, capaz de incentivar investimentos e a transição ecológica.

O Rio de Janeiro estará também ao lado do esforço pela revogação da Emenda Constitucional nº 95, que impõe uma ortodoxia fiscal permanente e um teto declinante dos gastos públicos, reduzindo repasses importantes para estados nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, entre outros. Isso impede, na prática, o exercício de governo e pode paralisar o país nos próximos 20 anos.

De maneira mais ampla, para resolver o problema fiscal é preciso recuperar a economia fluminense. O governo do estado cumprirá seu papel indutor nesse sentido, com participação de todos os setores e mobilização e seus potenciais. O Rio de Janeiro vai sair da crise e exercer um papel importante na reconstrução do Brasil.

## **A economia do Rio de Janeiro não pode ser menor que a capacidade do seu povo, a força das suas instituições e a riqueza do seu território**

O Rio de Janeiro tem conhecimentos, saberes e capacidades que podem ser indutores de uma nova lógica na economia estadual e nacional.

No Rio, se encontram as principais instituições públicas de financiamento, conceituadas universidades e centros de pesquisa, as sedes de algumas das maiores empresas públicas e privadas do país. Concentra uma mão de obra qualificada e capacidade para ampliar a formação, fazendo chegar educação profissional técnica, tecnológica, e científica um grande contingente de pessoas, em todas as regiões. Tem, portanto, as condições básicas para o desenvolvimento da indústria e de serviços de maior conteúdo de conhecimento e valor agregado.

O Rio tem as condições para avançar no adensamento de cadeias produtivas, em setores tradicionais e novos setores, articulando-se tanto espacialmente, para superar os vazios produtivos,

quanto setorialmente para formar e fortalecer cadeias e complexos produtivos. Como exemplos destacam-se: o complexo do petróleo, indutor de outros setores, como a indústria naval, siderurgia, plásticos, petroquímica, construção civil, máquinas e equipamentos; o complexo da saúde, envolvendo biotecnologia, medicamentos, vacinas, equipamentos e outras inovações associadas; o complexo de software e serviços ligados à tecnologia da informação e comunicação; a cadeia de produção de alimentos.

O complexo da cultura é um caminho central na retomada econômica em todas as regiões do estado. A cultura do Rio de Janeiro tem um grande potencial de geração de emprego e renda ainda não realizado, incluindo a economia do Carnaval, que poderia perpassar o ano todo. O potencial não é só econômico, também de desenvolvimento social, com a melhoria dos padrões de vida da população, indução de transformações sociais e políticas em direção a um desenvolvimento mais saudável e mais integrado, valorizando identidades regionais e étnicas.

Têm papel estratégico na retomada do desenvolvimento econômico o setor de serviços, com alta capacidade de absorção de mão-de-obra, especialmente das trabalhadoras e trabalhadores não especializados, e do turismo, cuja cadeia de produção envolve 52 atividades e gera 5,5 empregos indiretos para cada emprego direto.

O Rio de Janeiro marca o imaginário nacional e internacional, por suas belezas naturais incomparáveis; a diversidade das manifestações culturais; a forte presença dos esportes, incluindo futebol, surf, esportes de praia; os diferentes eventos que é capaz de realizar, recebendo pessoas de todo o Brasil e de todas as partes do mundo.

Com investimentos adequados é possível multiplicar o potencial do turismo e dinamizar serviços, ampliando a geração de empregos e renda, com apoio à inovação e empreendedorismo, estímulos à sustentabilidade dos empreendimentos turísticos e programas que assegurem a ampla acessibilidade a todos os equipamentos e empreendimentos turísticos.

A retomada dos investimentos em infraestrutura, em articulação com o governo federal, contribui para um círculo virtuoso, ampliando a demanda por bens e serviços e, como consequência, a demanda por mão-de-obra. Assim, cresce o nível de emprego, salários e novamente a demanda.

A oferta eficiente de infraestrutura afeta positivamente a logística, a produtividade e a competitividade do sistema econômico, ao mesmo tempo em que melhora o bem-estar social. Foi o que ocorreu nos governos Lula e Dilma, a despeito de nossos governantes não terem aproveitado a oportunidade para fortalecer a economia do estado. Infraestrutura de saneamento, habitação e mobilidade são condições que interferem diretamente na saúde e na condição de vida da população, além de ser um direito básico.

A recuperação econômica, em um modelo de desenvolvimento com inclusão social e sustentabilidade ambiental, passa necessariamente pelo apoio à economia solidária, articulada à política de compras governamentais, política de educação, sistema de CT&I e projetos de desenvolvimento regional.

A economia solidária já é praticada no Rio de Janeiro por milhares de trabalhadoras e trabalhadores de todos os extratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em empreendimentos econômicos solidários como cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas.

O projeto de futuro, detalhado a seguir nos 13 compromissos de governo, articula o enfrentamento necessário à atual conjuntura à construção estrutural de um estado do Rio de Janeiro desenvolvido e pleno de direitos.

## 13 COMPROMISSOS PARA GOVERNAR O RIO DE JANEIRO

**1.** Defender a democracia no Rio de Janeiro. Nosso governo será voltado à garantia da real participação popular na tomada de decisões. Na contramão do golpe de 2016, os direitos fundamentais serão defendidos e respeitados. O retrocesso devido à perda de direitos, ao desmonte das políticas sociais, à destruição do Estado, das empresas estatais e à entrega de riquezas nacionais será interrompido. O Rio de Janeiro será parceiro fundamental na retomada do desenvolvimento no Brasil. Inclusão social, valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores, oportunidades de emprego, de formação e educação, fundamentais à vida digna em uma democracia consistente, serão objetivo do governo que estará junto da população, respeitando a diversidade de culturas, religiosidades e saberes que marcam o povo fluminense, com políticas transversais que potencializem essas características. O governo do Rio de Janeiro tem o dever ético de ressignificar a política e o papel do Estado na melhoria das condições de vida da população, sem medir esforços para resgatar e valorizar a alegria de viver.

**2.** Promover a igualdade e os direitos humanos. O governo adotará como critério para as decisões e ações os princípios da igualdade, da legalidade estrita e da defesa incondicional dos direitos humanos. O Estado do Rio de Janeiro enfrentará as formas de discriminação e intolerância por classes, etnias e raças, orientação sexual, gênero, idade, religiões, crenças ou credos. Coordenará ações para reparação e enfrentamento ao racismo estrutural, defenderá de maneira radical a população negra e a juventude negra que atualmente são vítimas de genocídio. Da mesma maneira, defenderá as pessoas LGBTI+ no seu direito à cidadania plena. Os povos e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas terão asseguradas as condições de uma vida digna e feliz, conforme seus valores e costumes. Nosso governo garantirá políticas transversais em todas as áreas de sua responsabilidade: assistência social, educação, saúde, segurança, moradia, mobilidade com o objetivo de superar condutas e tratamentos inaceitáveis que ocorrem no cotidiano, no mundo do trabalho e na representação política. O Governo do Estado do Rio de Janeiro atuará na redução e eliminação da vulnerabilidade das crianças, das mulheres e dos idosos, das pessoas com trajetória de rua e desenvolverá políticas voltadas às pessoas com deficiências. Tarefa desse governo será dar visibilidade aos problemas que atingem as populações em suas especificidades e atuar com elas para solucioná-los.

**3.** Combater as diversas formas de violência e discriminação contra as mulheres. Nosso governo será comprometido com as mulheres do Rio de Janeiro em um projeto de transformação social que enfrente as desigualdades e a exclusão das quais elas são vítimas. É urgente a formação de uma cultura política, interna e externa ao governo, contrária ao sexismo, ao machismo e às discriminações de raça e classe. O Estado do Rio de Janeiro não pode ser conivente com qualquer forma de violência física, simbólica ou estrutural contra mulheres. O governo fortalecerá estruturas voltadas para políticas direcionadas às mulheres, ampliando espaços de participação de mulheres negras e gerando ações específicas, compreendendo a diversidade de situações, fases da vida, inserção social e territorial.

**4.** Potencializar o protagonismo das juventudes, em sua diversidade, como sujeitos de direitos. O governo adotará medidas que busquem assegurar aos jovens, independentemente de sua classe social, raça ou gênero, o direito a viver com dignidade, qualidade e segurança. O Estado do Rio de Janeiro adotará ações voltadas ao acesso à educação, à formação, à saúde, ao trabalho decente, ao território, à cultura, ao lazer e aos esportes, à informação, à inclusão digital e tecnológica. O governo promoverá oportunidades para construção de autonomia e emancipação, valorizará a diversidade da juventude fluminense, incluindo ações para superar desafios e atender às necessidades das mulheres jovens, da juventude rural, da juventude LGBTI+, da juventude indígena, quilombola e das comunidades tradicionais, e enfrentar as desigualdades que as separa nas cidades, no campo, nas periferias e nas favelas. O Governo do Estado do Rio de Janeiro enfrenta-

rá o extermínio da juventude negra, pobre e periférica, desenvolvendo estratégias de redução da mortalidade e encarceramento desta população. Fortalecerá e ampliará os espaços de diálogo e participação da juventude no governo, incluindo conselhos e conferências.

**5.** Assegurar o direito ao território e o respeito às identidades e às coletividades. As ações do Governo do Estado serão pautadas a partir das diferentes realidades das moradoras e moradores dos grandes centros urbanos, do campo, das periferias, das favelas, dos quilombos, dos municípios do litoral e do interior. O direito ao território será assegurado por meio de habitação social com infraestrutura e acesso à segurança alimentar, ao trabalho e aos equipamentos de educação e saúde, cultura, esporte e lazer. Isso deverá ser feito em articulação com os movimentos sociais, os municípios e a federação. Políticas públicas capazes de apoiar os territórios em suas potencialidades econômicas, ambientais, sociais, educacionais e culturais serão desenvolvidas com a participação da população envolvida nos processos de planejamento e gestão. A mobilidade deve ser questão central para que todos possam usufruir plenamente das cidades, das regiões e do estado. O Estado do Rio de Janeiro deve priorizar o transporte público, buscando modicidade tarifária, acessibilidade, conforto e segurança, além de diversificar e integrar os modais de transporte, incluindo a reativação da malha ferroviária, o transporte aquaviário, o metrô e a bicicleta, bem como os deslocamentos a pé em segurança, isso em parcerias com municípios, Governo Federal e iniciativa privada.

**6.** Retomar o desenvolvimento econômico. O Governo do Estado do Rio de Janeiro promoverá o desenvolvimento econômico a partir de opções políticas comprometidas com a população fluminense, com planejamento e amplo envolvimento dos diferentes setores, com o engajamento de trabalhadores e trabalhadoras, empresariado e movimentos sociais em todas as regiões. O governo enfrentará os problemas estruturais e alavancará as potencialidades do estado para retomada do emprego, geração de renda e democratização tanto do consumo quanto da demanda. Com ação coordenada, governo e sociedade civil do Rio de Janeiro serão capazes de gerar um ciclo de dinamismo na indústria, serviços, agropecuária, pesca e turismo. O estado tem capacidades e potencialidades para fazer crescer o setor de óleo e gás em toda a sua cadeia produtiva. Os setores naval e de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), bem como o complexo industrial da saúde, o campo do turismo, das artes e da produção de cultura, entre outros, deverão ser promovidos em todos os níveis. O Estado do Rio de Janeiro incentivará a produção de alimentos saudáveis. Favorecerá a ampla capacidade de inclusão e geração de renda da economia solidária, do cooperativismo, da agricultura familiar e da pesca artesanal. Buscar-se-á, ainda, acordar um plano emergencial para inclusão produtiva, envolvendo a retomada dos investimentos na infraestrutura social e urbana e nos serviços geradores de emprego e qualidade de vida.

**7.** Destacar o Rio de Janeiro na sociedade do conhecimento com inclusão digital. O Governo do Estado do Rio de Janeiro buscará integrar e potencializar o conjunto de instituições de ensino, pesquisa e fomento presentes no seu território sob a liderança de instituições estaduais. O objetivo das ações estatais será o de articular e estimular a produção de conhecimento por meio das universidades públicas e privadas, das escolas técnicas, das sociedades empresariais, do "sistema S" e demais instituições que estão no Estado do Rio de Janeiro produzindo ciência, tecnologia e inovação. O Estado do Rio de Janeiro coordenará esse ecossistema em proveito das atividades econômicas, do esforço de inclusão social e da busca de soluções para os desafios urbanos e ambientais. Ademais, garantirá infraestrutura de TIC com amplo acesso à banda larga, fatores fundamentais para o desenvolvimento, para a manutenção e potencialização do sistema de CT&T do estado, para a educação, para a efetividade e transparência do governo e para a inclusão digital cidadã.

**8.** Desenvolver a cultura e tratá-la como grande ativo do Estado do Rio de Janeiro. O governo incentivará a produção cultural em toda sua diversidade e a ampliação do acesso e da relação produtiva e criativa com a cultura. A gestão estadual da cultura será democratizada, os respectivos conselhos e conferências serão fortalecidos. Será promovido um amplo diálogo com todos os

setores da área e aqueles tradicionalmente e injustamente excluídos das políticas culturais. A tarefa do estado é sustentar políticas para que trabalhadoras e trabalhadores da cultura, produtores e artistas de todos os cantos possam encontrar espaço de expressão e ação. O governo apoiará os pontos de cultura em todas as regiões do estado. O setor do turismo cultural será fortalecido. As artes, cinema e audiovisual, teatro e dança, literatura e artes visuais, animação, internet e jogos serão incentivadas por meio de políticas criadas com participação destes setores. O acesso à cultura, em articulação com o incentivo à educação, será promovido, por meio do fortalecimento dos equipamentos existentes: bibliotecas, museus, escolas. Será fundamental descentralizar os equipamentos de cultura para todas as regiões, respeitando vocações, favorecendo a produção e a fruição cultural principalmente das periferias urbanas e áreas rurais. Em todo o Estado do Rio de Janeiro, a cultura deverá ser tratada como um direito de cidadania e um fator fundamental na autocompreensão do povo do Rio de Janeiro, bem como da sua relação com o país.

**9.** Favorecer a transição ecológica. As ações do estado serão direcionadas a assegurar qualidade de vida para todos, assumindo a responsabilidade para com as futuras gerações adotando um modelo social e produtivo que preserve e dê acesso equânime aos locais e bens públicos. O Rio de Janeiro concentra patrimônio fundamental para construção desse modelo na Mata Atlântica, na Serra do Mar, na Zona Costeira, incluída a Baía de Guanabara a ser despoluída, potencializando os diferentes saberes e diversidade produtiva. O governo terá compromisso com a preservação das nascentes, mananciais, rios, lagoas e bacias hidrográficas e otimizaçãodo uso da água, com prioridade para a equanimidade do acesso. O saneamento, básico será tratado como prioridade pública fundamental e deverá ser universalizado. A CEDAE, como instituição pública, e seus funcionários devem ser tratados como agentes fundamentais à transição ecológica. Fortalecer a agroecologia, o turismo de natureza, as energias limpas e o uso sustentável de recursos naturais, além de investir na coleta e tratamento dos resíduos sólidos, valorizando a coleta e reciclagem de materiais. A proteção, conservação, preservação e recuperação de áreas protegidas, a prevenção e mitigação de desastres ambientais devem se tornar princípios de governo. O Estado do Rio de Janeiro incorporará a dimensão ambiental de maneira transversal na formulação, execução, avaliação e no controle das demais políticas públicas.

**10.** Concretizar um modelo de educação democrática, inclusiva e emancipadora. As ações estatais buscarão preparar as crianças, os jovens e os adultos para a vida em sociedade, bem como valorizar culturas e experiências singulares e coletivas. O Governo do Estado precisa democratizar a gestão educacional e escolar, e construir a escola de convívio, aprendizado e integração, sem mordanças, com respeito às diferenças, aos temas de raça, classe, gênero e sexualidade, bem como a questão das deficiências e diferenças de religião, crenças e credos. As instituições públicas de ensino devem ser articuladas em sistema, tendo em vista níveis, etapas e modalidade. O ensino médio deverá ser reconstruído, e a oferta de matrículas, de estabelecimentos escolares, no campo e nos centros urbanos deverá ser ampliada. A diversidade de saberes e culturas que se contraponha à reforma autoritária em curso deverá ser valorizada, bem como a educação popular. O Estado do Rio de Janeiro implementará as cotas raciais e medidas de apoio à permanência nas universidades estaduais e nas FAETECs. Implementará um plano emergencial de recuperação da UERJ, da UEZO e da UENF, com uma visão de valorização estratégica dessas instituições como articuladoras da produção do conhecimento, pesquisa e formação, para o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Resgatará, também, a importância da FAETEC e do CECIERJ como instituições fundamentais na oferta de educação profissional. Valorizará os trabalhadores e trabalhadoras da educação em todas as esferas estaduais, como condição fundamental para a construção de um projeto político-pedagógico transformador para o Estado do Rio de Janeiro.

**11.** Tratar a saúde como direito inegociável e dever do Estado. O Governo do Estado do Rio de Janeiro adotará medidas para assegurar o acesso à saúde, de modo universal e igualitário, de acordo com as necessidades das diferentes pessoas e grupos populacionais. Buscar-se-á promover a melhoria das condições de vida e acesso aos bens públicos, como condicionante da promoção da saúde. O Estado do Rio de Janeiro fortalecerá e defenderá o SUS no estado, impedindo

retrocessos- nenhum serviço de saúde a menos. Ainda será promovida a regionalização da saúde, com apoio aos municípios e fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde. Serão implementadas ações para melhoria do acesso, da qualidade do cuidado e diminuição do tempo de espera no SUS. Serão priorizadas a criação de Unidades de Cuidado Intermediário e Multi-Especialidades, com oferta de serviços conforme as necessidades da população local, na área de referência. Buscar-se-á avançar em ações voltadas à saúde das mulheres. O Estado do Rio de Janeiro enfrentará de maneira coordenada e contínua as epidemias, bem como retomar e fortalecer a Reforma Psiquiátrica. Ainda serão adotadas medidas visando contribuir na fiscalização dos Planos de Saúde no estado, a partir do Procon-RJ. Serão combatidas todas as formas de discriminação na área de Saúde e garantida mais transparência e profissionalização na gestão do SUS, com a valorização dos trabalhadores e das equipes multiprofissionais, o fortalecimento do controle social e a gestão democrática e participativa.

**12.** Construir uma política pública de segurança voltada à proteção dos direitos primários - vida, integridade, saúde, dignidade sexual, dentre outros - de cada pessoa. Será adotada uma política de gestão de recursos que coresponsabilize União, estado e municípios na sustentação federativa da paz social. O Governo do Estado privilegiará as políticas de prevenção aos delitos e o modelo de polícia de aproximação cotidiana das coletividades, respeitando os direitos fundamentais, em especial os de ir e vir e de livre manifestação política e cultural, evitando as ações espetaculares, intervenções ineficazes e desproporcionalmente dispendiosas. Construir uma cultura de respeito ao princípio da legalidade estrita, regulamentando as ações estatais com o objetivo de reduzir os espaços de discricionariedade dos agentes estatais e evitar o arbítrio, bem como responsabilizando os indivíduos que violem a lei. Integrar a política de segurança pública com as demais ações estatais com repercussão na prevenção dos delitos e na redução dos riscos inerentes à vida em sociedade, como por exemplo, a promoção de infraestrutura nos espaços públicos e serviços de iluminação, a adoção de medidas de redução de danos relacionados ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, a construção de uma cultura de respeito aos direitos e às diferenças, o investimento em educação de qualidade e a criação de oportunidades de inclusão produtiva. O Estado do Rio de Janeiro promoverá a coordenação entre as instituições de segurança pública, priorizando ações de inteligência e produzindo informações de qualidade para a prevenção e a repressão dos delitos nos diversos municípios do estado. O governo valorizará os trabalhadores da segurança pública – policiais, peritos, agentes e técnicos do sistema penitenciário - respeitando, protegendo e incentivando-os por meio de formação continuada, planos de cargos e salários decentes e equipamentos adequados. Fortalecerá e ampliará a participação da sociedade no controle e na solução dos pequenos conflitos, com a reintrodução dos Centros de Defesa da Cidadania. O Estado do Rio de Janeiro terá como prioridade humanizar as condições de aprisionamento e desenvolver uma política educacional voltada para jovens e adultos privados de liberdade e encarcerados. A educação com encarcerados deve ser instrumento de socialização, de entrada no mundo do trabalho e de desmonte de preconceitos sociais. Fortalecerá, ainda, a Defensoria Pública do Estado e os Conselhos da Comunidade.

**13.** Realizar uma gestão democrática com serviço de qualidade e valorização do servidor público. O Estado do Rio de Janeiro terá a participação e o controle social como método e premissa para a efetividade do governo. Aproximará a administração pública das pessoas, valendo-se com vigor das tecnologias de informação e comunicação. Avançará na gestão de pessoas com uma política estadual integrada de recrutamento, seleção, capacitação e avaliação contínua dos servidores, gestão por competências e fomento à profissionalização do serviço público orientado para as necessidades dos cidadãos, dotando o servidor de capacidade de executar e tornando-o de fato agente de transformação. O Governo do Estado aperfeiçoará os procedimentos administrativos e licitatórios nas secretarias e órgãos de estado, para prevenir fraudes e práticas corruptivas, implementando políticas públicas de monitoramento irrestrito. Buscar-se-á equacionar o desafio fiscal do estado, com eficiência nos gastos e investimentos e tributação mais inteligente. O Governo do Estado participará ativamente de uma nova pactuação federativa por tributos mais justos

e melhor distribuídos, com o objetivo de garantir a capacidade de atender a população. O estado deve se fazer acessível e próximo de cidadãos e cidadãs garantindo a oferta dos serviços públicos, trazendo de volta a participação política como ferramenta democrática e um governo que será de todos.

## **CRÉDITOS**

### **Coordenador do programa de Governo:**

Edson Santos / Frente RJ Popular

Agradecemos as dezenas de pessoas, professores(as), militantes, setoriais que contribuíram para a construção do Programa de Governo.





